

# SAUDAÇÃO AO INSTITUTO DO CEARÁ

NERTAN MACÊDO

(Discurso proferido na tarde de 10 de março,  
em nome da Academia Cearense de Letras.)

Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

Joaquim Catunda, que amou profundamente o Ceará, desconfiando sempre da sua natureza física e das possibilidades morais de sua gente, envenenada pela porção do sangue tupinambá das suas origens étnicas, afirmava que as coisas pequenas eram a marca da nossa fisionomia.

“Tudo no Ceará”, escreveu o senador republicano em seus interessantes *Estudos de História do Ceará*, reeditados em 1919 por Gilberto Câmara, “acusa uma natureza uniforme nos seus aspectos e extenuada nos seus processos. Os contrastes se realizam por gradações aproximadas — ausência quase absoluta do grande. Os montes sem elevação, os vales estreitos, o rios sem profundidade, a vegetação raquítica e atrofiada, a fauna minguada de variedade e de formas, a paisagem sem grandeza. A tudo o pequeno imprimiu o sêlo, exceto ao aspecto do céu e do mar. Foi como uma nota que desafinou na escala harmônica das criações sul-americanas”, assegurava o erudito germanista de Santa Quitéria, o primeiro dos nossos cronistas a tentar uma explicação científica para a história da terra e do homem cearenses.

O fato de assinalar essa verdade — e não me recordo se foi Ro-

nald de Carvalho o primeiro dos nossos historiadores literários a estranhar que uma terra tão pobre de paisagens haja produzido um romancista da exuberância de José de Alencar — não alienava Catunda desta preocupação: a de saber o que poderia erigir o espírito cearense dentro dessa natureza.

“E o homem?”, perguntava o senador. — “Que idéias produzirá o espírito afeito à contemplação dessa natureza em esboço? Na luta pela vida, a que é aqui mais do que algures condenado o homem, curvará o mestiço americano ante a inexorabilidade das leis cósmicas, ou, fecundando pelo trabalho inteligente os areais adustos, o solo escabroso do Ceará, conquistará à Pátria lugar preeminente entre as províncias mais favorecidas do Império?”

Interrogação aflita e legítima, nascida de um coração que realmente amava a sua Província, mas estimava também, talvez em demasia, o rígido catecismo evolucionista do seu tempo, Catunda não percebera que a resposta à sua justificada inquietação há séculos começara a ser dada: primeiro, por Pero Coelho, o grande e infeliz capitão das areias ardentes, que lançou os fundamentos da nossa tragédia; depois por Martim Soares Moreno, soldado, degolador e aventureiro, que plantou no ventre das cunhãs a semente da raça nômade e atrevida, que ainda hoje estende a mão ao Palácio da Luz como se aquilo fôra o Paço d'El Rei; e ainda pelos padres Luiz Figueira e Francisco Pinto, que viram o mar, o céu e o sertão das alturas da Serra Grande, abrindo os caminhos futuros da nossa inteligência, que nos dariam de volta um Thomaz Pompeu de Souza Brasil, um Clóvis Beviláqua, um Farias Brito; e até mesmo por Matias Beck, o severo comandante reformista holandês, que, como os seus patrícios de Pernambuco, deixou arrastar-se ao longo das nossas praias como um vermelho caranguejo, abismado entre o céu e o mar e temeroso do sertão.

É que Deus fêz os sertões para os portugueses e não apenas para os índios. Fê-los para que fôsem povoados, como o foram, por aquêles matutos agigantados, que tanta impressão causaram ao pobre doente do peito que foi Manoel de Oliveira Paiva, que os achou parecidos com os novinhos: “... gente ainda séria, mal encarados como novinhos e dóceis como ovelha”. E por aquelas mulheres, tão bem retratadas na Guidinha do Pôço, que eram “muitíssimo do seu sexo, mas das que são pouco femininas, pouco mulheres, pouco damas, e muito fêmeas” e que se transfiguram “ao vibrar de não sei que diacho de molas”.

Não foi sem razão que, em sua *Memória Sobre a Capitania do Ceará*, o sargento-mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado pelo Rei para fazer o levantamento das coisas e possibilidades de nossa terra, chamou êsse trabalho que lhe fôra atribuído de “investigações filosóficas da mesma”, isto é, da Capitania, legando-nos curioso e vivo depoimento, cuja divulgação devemos a Paulino Nogueira.

Certo, a contemplação da natureza cearense leva qualquer um a dois extremos: ou o homem se torna um calado, um meditativo, um introspectivo, envolvido pelo deslizar silencioso das horas em meio a essa natureza tão serena quão imprecisa e indiferente, ou explode como um vulcão de oralidade, narrativo e eloqüente, uma fuga talvez, outrossim uma réplica, u'a maneira de romper a monotonia, o quebranto das coisas eternamente lavadas de sol, de azul e de quietude, numa desesperada tentativa de afirmar-se dentro d'esses imensos espaços vazios, catucando o dia de amanhã, sempre incerto, que é o medo escondido no coração.

Foi dentro d'esses espaços calmos e hostis que amarramos os nossos cavalos de vaqueiros e soltamos os nossos gados, desde que começamos a povoar esta terra. Outra coisa não temos sido, desde então, senão encourados e filósofos. Tôda a nossa literatura é um vasto reflexo do mundo que nos cerca e que ajudamos a criar. Um claro e rútilo espelho das condições ambientes que nos cercam do nascimento à sepultura. E quando digo literatura, entendo-a aqui de maneira total: da poesia ao romance, da história à socialogia e à botânica, à ciência em geral.

Alencar, que era um gênio numeroso, quando fala do Ceará é um dominado pela sua terra e pela sua história. A mesma coisa acontece com Domingos Olímpio, Franklin Távora, Oliveira Paiva, Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, Adolfo Caminha, Juvenal Galeno, Rachel de Queiroz, Jáder de Carvalho, para não citar os mais novos e recentes.

Da mesma forma, nos confins da alma maravilhosa de Capistrano de Abreu, tanto quanto na reta e serena pureza intelectual de Clóvis Beviláqua e Farias Brito, está o Ceará como ponto de partida daquilo que, lembrando-me de Rilke, eu me proporia a chamar de "início inclado" — a paz infusa da natureza, que parece habitar em nossos altos, longos e arqueados céus, em suas nuvens brancas, que se exilam aéreas e passageiras, numa transmigração contínua, ou se evanescem ou simplesmente se alteram em exóticas imagens ou figuras.

Um povo como nós, nascido na solidão e no abandono, que de grande possui apenas, como disse muito bem Joaquim Catunda, o mar e o céu, há de ter necessariamente o seu lado filósofo, a sua parcela grega, a sua *grecité*. E o seu destino será o do eterno diálogo, não apenas com a sua natureza madrastra, mas com as suas próprias vozes interiores, que continuam a reclamar, de nós, um intérprete e uma literatura intimista — e não apenas oral e telúrica. Ainda está por nascer — quem sabe? — o Thomas Hardy cearense e o seu Judas Fawley nativo. Até quando esperaremos pelo nosso Stendhal ou nosso Jacob Wassermann? Loucura, atrevimento, ridículo, sonho demasiado? Não, nós os teremos um dia e para tanto estamos e continuaremos a acumular tempo e sofrimento — mais do que qualquer outra comunidade brasileira.

Nós produziremos um grande romance, mais cedo ou mais tarde, estou convencido disso. Porque o Ceará é uma terra de narradores,

de contadores de estórias e história, tal poder está dentro de nós, arraigado, acumpliciado, falta apenas superar a simples oralidade, enchendo os personagens da literatura com a nossa própria filosofia e visão macerada do mundo, como se enchem — permitam-me a comparação — os bonecos de pano com alcochoados próprios.

José Honório Rodrigues, que é um dos mais brilhantes, lúcidos e capazes representantes da historiografia brasileira, já assinalou argutamente êste fato por demais significativo: os nossos historiadores, fiéis à lição e maneira de ser de Guilherme Studart, ao contrário do que o fizeram os pernambucanos, em algum tempo, não transformaram a história do Ceará em polémicas, não a fizeram uma ideologia.

Isso não quer dizer que não se interessassem pelas idéias ou tendências políticas em voga ou do passado, que não fôsem, êles próprios, católicos ou liberais, maçons ou tradicionalistas, direitistas ou esquerdistas.

Mas foi bom que, em nosso meio, não vingasse, como em outras partes do País, influenciando e prejudicando o amplo trabalho de pesquisa dos nossos historiadores, o interesse político-ideológico, que é o que leva, no momento atual, como muito bem acentua o mesmo José Honório Rodrigues, a história às mãos levianas de inescrupulosos e desqualificados, “êstes jovens ideólogos que vivem numa eterna luta entre suas pretensas teorias destinadas a abalar o mundo e a conquista de altas posições de mando, com que se fortalecem materialmente”: a história reduzida a um torpe jornalismo do tipo “revolução cultural”...

Nós, do Ceará, não. Ficamos a salvo dessa desgraça, embora, como a do Instituto de Pernambuco, a nossa extraordinária *Revista do Instituto do Ceará* tenha passado por alguns momentos de crise.

Recorde-se, uma vez mais, a frase de Capistrano, de que o Ceará é “dos Estados do Norte, quiçá de todos da União, o que com mais afinco se entrega ao estudo das suas coisas passadas”. E José Honório Rodrigues comenta ser o nosso dia-a-dia heróico, não por causa de notáveis guerras e brilhantes batalhas, mas exatamente por representar uma “constante agonia”.

Dessa constante agonia é que nasceu, há oitenta anos, o Instituto do Ceará, a mais sólida das nossas organizações culturais, a mais completa, a mais armada para a nossa auto-interpretação. O Instituto representa, na verdade, uma “ação cultural pioneira”, não apenas no Ceará, mas no Brasil. Do Barão de Studart, seu nume tutelar, poder-se-la dizer o que José Honório Rodrigues disse do velho e monumental pernambucano Pereira da Costa: “Ele amava o fato e o documento.”

Talvez eu preferisse dizer que o amor do Barão de Studart era mais ao documento do que ao fato. Êle mesmo faz esta confissão singela e encantadora, que dá a dimensão da sua grandeza moral e intelectual: “Já que me falecem os requisitos para ser historiador,

entrego-me ao santo júbilo de colaborar também com alguma coisa para que outrem de mais luzes e de maior competência realize obra de tamanha magnitude.”

Se Guilherme Studart era isso, digno, probo e incansável no pesquisar da nossa “constante agonia”, fazendo do seu Instituto uma Casa à sua imagem e semelhança, não o seria menos, na formulação da doutrina consagrada pelo sodalício ilustre, um outro seu fundador — o desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, quando escrevia: “Em matéria de história, nos documentos acho, nos documentos deixo.”

Pode-se dizer que a história do Instituto do Ceará é a do documento preciso e séco contra a polêmica, a política, a ideologia e a falsa interpretação.

Graças a Deus!

Assim o quiseram e assim o fizeram os patriarcas da nossa rica historiografia, autores de pacientíssimas “investigações filosóficas” sobre a nossa Capitania, como diria o sargento-mor João da Silva Feijó, cujos nomes o cearense agradecido deve pronunciar sempre com muito respeito e admiração: Guilherme Studart, Paulino Nogueira, Joaquim Catunda, Antônio Bezerra de Menezes, João Batista Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Padre Dr. José Augusto da Frota, Júlio César da Fonseca Filho, Virgílio Augusto de Moraes, Virgílio Brígido, José Sombra e Juvenal Galeno.

É interessante observar que, entre os fundadores do Instituto não figura João Brígido, o mais popular, o mais ardente, o mais saboroso dos nossos cronistas. Certamente o crítico, o polemista e o político que coexistiam na personalidade do velho fundador do *Unitário* não estariam à vontade, logo de começo, em meio a essa sóbria, fria e desapaixonada assembléia.

Mas essa assembléia, vale ressaltar, não desdenharia a publicação, na *Revista do Instituto do Ceará*, tão respeitável e vetusta, de coloridos documentos e biografias populares, como as memórias de um Alexandre Mourão ou de um Manoel Ximenes e a vida de Vicente da Caminhadeira, de autoria do coronel Tomaz Catunda, sem falar nos esboços da vida do Padre Mororó e do coronel Pessoa Anta, escritos pelo próprio João Brígido.

É que o Instituto do Ceará é o laboratório por excelência da nossa terra e do nosso povo. Através da sua publicação monumental, que já mereceu índices consagradores, como o de José Honório Rodrigues, Eusébio de Sousa, Raimundo Girão, Maria da Conceição Sousa, nós nos reencontramos como gente, povo, comunidade e nos defrontamos com o Ceará. Com o Ceará de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, de Gustavo Barroso, de Carlos Studart, de Renato Braga, de Raimundo Girão, de Dolor Barreira, de Boanerges Facó, de José Bonifácio de Sousa, de Hugo Catunda, de Joaquim Alves, de Andrade Furtado, de Luís Sucupira, de Plácido Aderaldo Castelo, de Martinz de Aguiar e dêsse mestre dos mestres que é Thomaz Pom-

peu Sobrinho, para mencionar apenas a velha guarda da Casa, sempre pronta a cumprir, como os seus mais jovens e brilhantes membros, o lema da instituição: "Dédimus profecto grande patientiae documentum."

A Casa do Barão de Studart não se perdeu nem se perderá pelo quietismo ou pelo conservadorismo sem sentido nem conseqüências.

É uma Casa ativa e militante, sobretudo silenciosa, pois é no silêncio que reside o segrêdo da sua missão altíssima e valorosa, plena de dignidade e grandeza.

O Instituto viveu e viverá sempre em função do povo cearense, da sua cultura, do seu passado, do seu presente e do seu porvir. Esta é, a meu ver, a sua função essencial: fazer da análise da nossa continuidade social uma ponte para o futuro, dando gratuita e generosamente a cada um de nós as ferramentas de trabalho e entendimento para nos compreendermos a nós próprios, a nossa formação, derrotando os fantasmas antigos e que ainda continuam a rondar os nossos lares — a sêca, a miséria, o subdesenvolvimento.

É com alegria e orgulho que, em nome da Academia Cearense de Letras, saúdo essa grande, nobre e bela instituição da minha terra, nos seus oitenta anos bem vividos.